ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IVORÁ-RS

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

– 2014 A 2024 -

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 04
2. IDENTIFICAÇÃO 05
3. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO 08
4. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 09
5. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS GERAIS 11
6. ASPECTOS GEOGRÁFICOS 12
6.1. CLIMA 12
6.2. RELEVO 12
6.3. HIDROGRAFIA 13
6.4. VEGETAÇÃO 14
7. ASPECTOS ECONOMICOS 15
7.1.PRODUÇÃO 15
7.2. MERCADO DE TRABALHO 17
7.3. ATIVIDADES ECONÔMICAS 18
7.3.1.INDÚSTRIA 18
7.3.2.SETOR AGROPECUÁRIO 19
7.4. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 20
7.5. FINANÇAS PÚBLICAS 21
8. ASPECTOS EDUCACIONAIS 22
8.1. ESCOLAS MUNICIPAIS 23
8.1.2. MATRÍCULAS REDE MUNICIPAL 23
8.1.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 24
8.1.4. INFRAESTRUTURA 26
8.2.ESCOLAS ESTADUAIS 28
8.2.1. MATRÍCULAS REDE ESTADUAL 28
8.2.2. INFRAESTRUTURA 29
9. DEFINIÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS 33
9.1. META 1 33
9.2. META 2 37
9.3. META 3 44
9.4. META 4 48
9.5. META 5 53
9.6. META 6 55
9.7. META 7 57
9.8. META 8 64
9.9. META 9 67

9.10. META 10 70
9.11. META 11 72
9.12. META 12 74
9.13.META 13 77
9.14. META 14 78
9.15. META 15 80
9.16. META 16 82
9.17. META 17 84
9.18. META 18 86
9.19. META 19 87
9.20. META 20 89
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS 93

1. APRESENTAÇÃO:

O **Plano Municipal de Educação - PME de Ivorá/RS**, foi elaborado entre o período de Outubro de 2014 à Março de 2015. Foram realizados encontros, onde a **Comissão do Fórum Municipal de Educação** discutiu as Metas e Estratégias do Plano Nacional da Educação - PNE e adequando para a realidade do nosso município, a fim de buscar atender a demanda local.

Participaram da elaboração do PME, Representantes da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Público, da Saúde, das Finanças, da Administração, da Assistência Social, do Conselho Municipal da Educação, Diretores das Escolas Municipais e Estaduais, Educação Especial, Câmara Municipal de Vereadores e demais Entidades do Município.

A Plenária Pública para a aprovação do Plano Municipal de Educação pela comunidade aconteceu no dia 14 de abril de 2015, com aprovação unânime do mesmo, para encaminhamento à Câmara Municipal de Vereadores.

O trabalho foi coordenado pela Equipe Técnica.

2. IDENTIFICAÇÃO:

Profª. Véra Beatriz Rossato

PREFEITA MUNICIPAL

Prof. Eno Luiz Frizzo

VICE-PREFEITO

Profª. Denise Maria Pigatto Bissacotti

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 103/2014.

Representante do Poder Público Municipal:

Titular: Cheila Zanon

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Iriana Marciana Salles Alves.

Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Fernanda Maziero

Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Marcelo Mazzardo

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Maria Medianeira Pissinin Copetti

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Juliana Chauline Freitas de Almeida

Representantes dos Diretores das Escolas Municipais:

Titulares: Adeodato Antônio Londero, Flavia Pigatto Copetti, Silvana Binotto Peripolli e Vânia Cherobini Piccinin.

Representante dos Diretores das Escolas Estaduais:

Titulares: Eloisa Kneipp e Eliane Dal Bem Londero.

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Sidinara Stefanello Pigatto

Representante da Educação Especial:

Titular: Mariane Bellé Peripolli

Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Edemilson Colvero Pissinin

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Dair Pedro Quatrin

Representante do Instituto Federal Farroupilha – IFF:

Titular: Ademir Cargnelutti

Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Cláudia Severo Pedrollo

EQUIPE TÉCNICA:

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Denise Maria Pigatto Bissacotti

Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Jorge dos Santos de Souza

Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Silvana Zancan

3. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE IVORÁ/RS

Situado geograficamente na faixa de transposição da Depressão Central para o Planalto Médio (Região Central do Estado do RS), o Município de Ivorá tem como marco referencial histórico do início de sua colonização, o dia 10 de maio de 1883, data em que Manuel Siqueira Couto, então Diretor de Silveira Martins, deu início aos trabalhos de medição dos primeiros lotes coloniais, possibilitando aos primeiros colonizadores tomarem posse de seus respectivos lotes, em 25 de setembro, do mesmo ano.

Por estar localizada na extremidade Norte de Silveira Martins, a novel colônia recebeu inicialmente o nome de Núcleo Norte. Mais tarde, porém, passou a denominar-se Nova Údine, como homenagem aos bravos colonizadores, muitos deles provenientes de Údine-Itália.

Posteriormente, ainda, por sugestão do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, teve a denominação novamente mudada para Ivorá, que em Tupi-Guarani significa "Rio da Praia Formosa".

Administrativamente, Ivorá desde 1899, foi anexado ao então Município de São Martinho, tendo sido elevada a categoria de Distrito permanecendo até o ano de 1901, oportunidade em que passou a constituir-se o 2º Distrito do Município de Júlio de Castilhos.

Em 28 de novembro de 1918, Ivorá teve criada a sua Paróquia, pelo Decreto do Bispo Dom Miguel de Lima Valverde, passando a denominar-se "Paróquia São José", tendo como primeiro vigário o Monsenhor Humberto Busato.

Na histórica data de 9 de maio de 1988, Ivorá finalmente obteve sua emancipação política-administrativa ao desmembrar-se do Município de Júlio de Castilhos, constituindo seu próprio território com uma área de 122,9 Km2, tendo por limites os Municípios: ao Norte – Júlio de Castilhos, ao Sul – Faxinal do Soturno e Silveira Martins, ao Leste – Júlio de Castilhos e Nova Palma e ao Oeste – Júlio de

Castilhos. Localiza-se a uma latitude 29°31'13" Sul e a uma Longitude 53°34'50" Oeste, estando a cidade a uma altitude de 120 metros e uma distância aproximada da capital do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, em 280km.

Constituído quase que essencialmente por descendentes de Italianos, o Município tem como uma de suas principais características culturais a religiosidade de seu povo, cultuada de geração em geração por seus antepassados.

Ivorá, pertence a então chamada Quarta Colônia de Imigração Italiana juntamente com os Municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

4. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população do Município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -1,45% ao ano, passando de 2.495 para 2.156 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,49% ao ano, e inferior a cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE

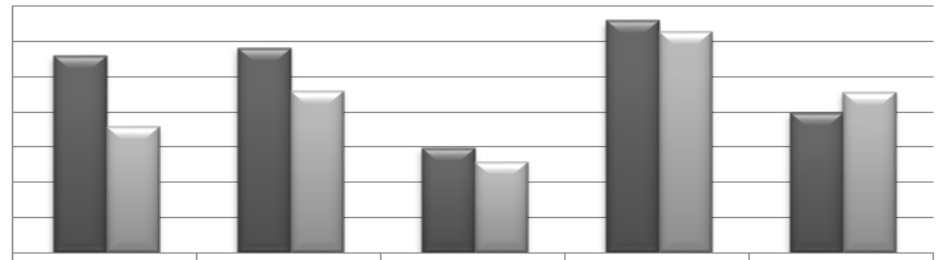
A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 27,98% e em 2010 a passou a representar 32,70% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 1,4% em média. Em 2000, este grupo representava 15,9% da população, já em 2010 detinha 21,2% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-4,3% ao ano). Crianças e jovens detinham 22,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 560 habitantes.

Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 16,7% da população, totalizando 359 habitantes.

População residente no município por faixa etária entre 2000 e 2010



	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
2000	560	582	298	658	397
2010	359	457	258	626	456

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu decrescimento populacional (em média -1,36% ao ano), passando de 1.538 habitantes em 2000 para 1.341 em 2010. Em 2010, este grupo representava 62,2% da população do município.

RESULTADO TOTAL DA POPULAÇÃO:

População (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	T
Urbana	2010	25	14	80	38	68	76	404	705
Rural	2010	56	27	157	75	154	176	806	1.451
Total	2010	81	41	237	113	222	252	1.210	2.156

Fonte: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 e Contagem 2007; (2) IBGE - 2008, A preços correntes (1 000 R$); (3) Índice de Desenvolvimento Humano - PNUD - 2000; (4) Índice de Desenvolvimento da Infância - Unicef - 2004;(5) IBGE - Censo Demográfico de 2000.

RESULTADO TOTAL – SITUAÇÃO POR DOMICÍLIO E SEXO

DOMICÍLIO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
URBANA	309	396	705
RURAL	788	663	1.451
TOTAL	1.097	1.059	2.156

Fonte: IBGE 2010.

5. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS GERAIS

População Total: **2.156** habitantes(IBGE – 2010);

População Urbana: **705** habitantes;

População Rural: **1.451** habitantes;

Quantidade de Eleitores(2012): **1.968**;

Densidade Demográfica: **17,54** hab/km2(2010);

Crescimento Anual da População(2000-2010): **-1,45%;**

Taxa de Analfabetismo com pessoas de 15 ou mais: **4,84%;**

Expectativa de vida ao nascer(2010): **78,13 anos;** (Número médio de anos que as pessoas

deverão viver a partir do nascimento, caso mantidos constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecentes no ano do Censo. (Fonte: Atlasbrasil))

Coeficiente de mortalidade Infantil(2009): **0,00** por mil nascidos vivos;

Taxa de Envelhecimento(2010): **13,96**(Taxa de Envelhecimento - % da População com 65 anos ou mais de idade. (Fonte: Atlasbrasil)

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM -2010: **0,724;**

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM/RS -(2010): **0,746**;

Índice de Gini – 2010: **0,440**(140° no ranking estadual);

6.ASPECTOS GEOGRÁFICOS

6.1. CLIMA

O clima do Município é temperado (segundo a classificação de Köppen), com ventos frios nas paredes mais altas e com ocorrência de geadas no inverno. A temperatura média nos meses de primavera-verão é de 24 °C, e nos meses de outono-inverno 9 °C, a umidade relativa do ar média entre 75 e 80%. A média pluviométrica anual é de 2.214mm (média dos anos de 1993, 1994 e 1995).

Os meses de maior precipitação são abril, maio, setembro e outubro. As chuvas são principalmente de origem frontal e são ocasionadas pelo encontro das massas polares com as massas tropicais, ocasionando frentes frias que se deslocam sobre a região provocando chuvas.

6.2. RELEVO

Situado no compartimento geomorfológico denominado Serra Geral, mas possuindo terras também da depressão central, o município apresenta um relevo bastante acidentado, recortado por vales profundos e encostas íngremes, com uma altitude média de 250 metros em relação ao nível do mar. No Município ocorrem três compartimentos de relevo com feições geomorfológicas distintas: Planalto (topo),

encosta (rebordo e pequenos patamares descontínuos) e a depressão (coxilhas e planícies aluviais). Em extensas áreas do topo dos morros residuais predominam rochas vulcânicas ácidas e básicas da Formação Serra Geral (basaltos e riólitos), sendo observada a presença de morros testemunhos. A unidade da encosta (rebordo), com relevo montanhoso a escarpado e morfologia de serra modelada pela erosão hídrica, predominam basalto da formação Serra Geral, sendo que na parte inferior da encosta se pode encontrar material sedimentar de basalto com mistura de arenito. Na Depressão (vales) ocorrem siltitos e argilitos e também materiais coluviais e de movimento de massa, muito pedregosos.

6.3. HIDROGRAFIA

Conta com uma rica rede de rios e córregos permanentes e ainda alguns temporários, não apresentando regiões com problemas graves decorrentes da falta de cursos d'água. Os principais arroios que banham o município são: Arroio Ivorá(Mello), Arroio Michelon e Arroio Jacutinga, Arroio Piruva e Arroio Ivorazinho.

O artigo 171 da Constituição Estadual estabeleceu um modelo sistêmico para o gestão das águas do Rio Grande do Sul, no qual a bacia hidrográfica foi definida como unidade básica de planejamento e gestão. A Lei 10.350/1994 regulamentou este artigo e estabeleceu, para cada bacia do Estado, a formação de um comitê de gerenciamento, o comitê de bacia.

Para o Rio Grande do Sul, de acordo com a referida lei, foi determinada a existência de três Regiões Hidrográficas, as quais foram subdivididas em bacias hidrográficas, totalizando, até o presente momento, 23 unidades.

O Município de Ivorá faz parte da Região Hidrográfica do Guaíba e das Bacias Hidrográficas do Alto Jacuí e do Vacacaí-Vacacaí-Mirim (uma pequenina parcela).

No Município não existe nenhuma barragem e nem áreas alagáveis em proporções

significativas, pois temos pequenas áreas de várzeas no Arroio Ivorá (Mello), mas que não chegam a ser um problema, na ocorrência de cheias.

Quanto as águas subterrâneas o Município apresenta comportamento aos similar aos demais municípios da região, sendo que existem aproximadamente quatorze (14) poços perfurados e sete (07) fontes coletivas na zona rural e apenas um (02) na cidade que está sendo utilizado pela CORSAN.

6.4. VEGETAÇÃO

A vegetação é composta na maioria por matas nativas, com espécies típicas de florestas subtropicais, embora grande parte da vegetação primitiva foi destruída e deu lugar a agropecuária. A maior concentração das florestas está localizada junto aos cursos hídricos e as encostas íngremes. Em locais onde a agricultura foi abandonada surge a vegetação secundária, de menor porte. Apresenta também regiões de campos limpos, favoráveis a criação de rebanhos.

O Município de Ivorá possui, juntamente com alguns municípios vizinhos, um grande remanescente da Floresta Estacional Decidual. Este tipo de floresta recobre as áreas da Encosta da Serra Geral, sendo esta formação florestal a vegetação predominante do Município, constituindo um importante patrimônio em termos de diversidade biológica, ocorre principalmente nas encostas dos morros e também nos topos de morros, porém menos densas. Na região da Floresta Estacional, a maior expressão da acidentalidade dos terrenos acentua a perspectiva da degradação dos solos sob culturas cíclicas. As culturas permanentes e as pastagens rizomatosas deveriam ser preferencialmente adotadas para assegurar a conservação do solo.

Nos fundos de vales, mesmo em declividades acentuadas, ocorrem florestas de Galeria, assim denominadas devido à baixa drenagem do seu curso de água. Nestes trechos, ocorre um maior epifitismo em relação à Encosta da Serra, podendo constituir

uma formação diferente, com gêneros de ambientes hidromórficos, como *Sebastiania* (branquilhos) e *Ficus* (Figueiras). Esta floresta é bastante influenciada pela largura do curso de água, de onde se originaram as diferentes denominações existentes, como Mata Ciliar, Floresta de Galeria, floresta Ripária, dentre outros. Embora aparentemente estas florestas apresentem uma menor diversidade de espécies devido à inundação temporária ou periódica, funcionam como importantes corredores para a fauna silvestre e mantém uma grande função na inauguração das torrentes. Entre os representantes dos epífitos podem-se destacar principalmente as famílias Orchidaceae e Bromeliaceae, que se desenvolvem nos troncos das árvores. Destas famílias, são mais comuns os gêneros Oncidium (orquídeas) e Tillandsia (barba-de-bode).

É comum em áreas abandonadas de cultivos agrícolas, podendo em alguns casos constituírem florestas jovens, localmente denominadas de capoeiras, onde são mais expressivas espécies pioneiras de rápido crescimento, como *Trema micrantha* (grandiúva), *Boehemeria caudata* (urtigão-manso) e algumas espécies de *Piper sp.* (pariparoba) e uma maior ocorrência de cipós e lianas. Nos locais onde o solo encontra-se bastante compactado e possui uma menor fertilidade, desenvolvem-se capoeiras dominadas por espécies de vassourão e outras espécies arbustivas de curto ciclo de vida, como o fumo-bravo, que são espécies típicas deste tipo de vegetação. Estes trechos em estágio inicial de sucessão podem estar entremeados com fragmentos de floresta secundária, de grande importância na paisagem local devido às diferentes formas biológicas existentes.

7. ASPECTOS ECONÔMICOS

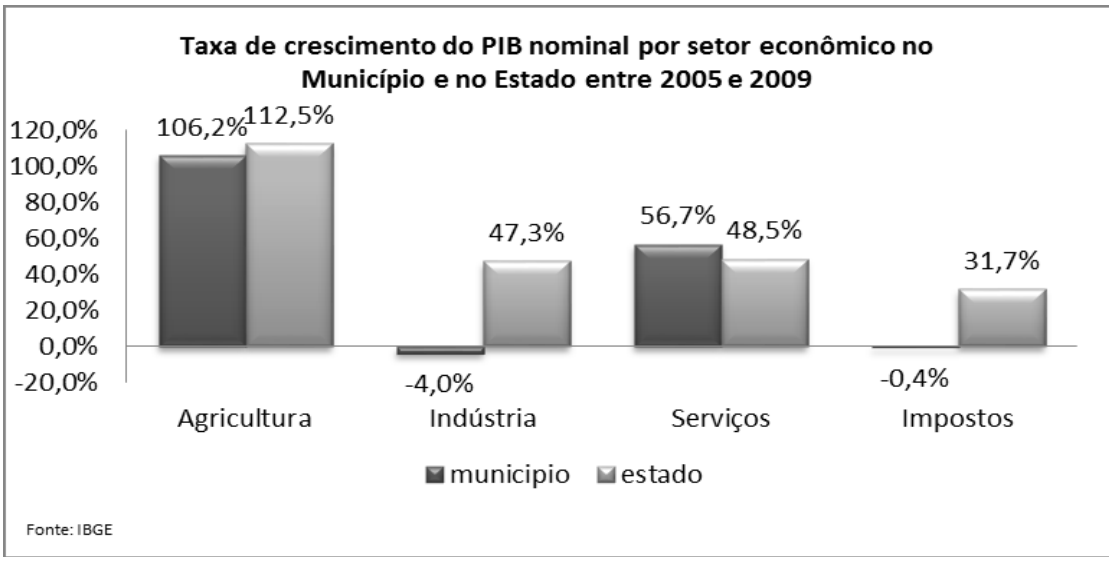
7.1. PRODUÇÃO

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 67,4%, passando de R$ 19,0 milhões para R$ 31,9 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 49,7%. A

participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,01% para 0,01% no período de 2005 a 2009.

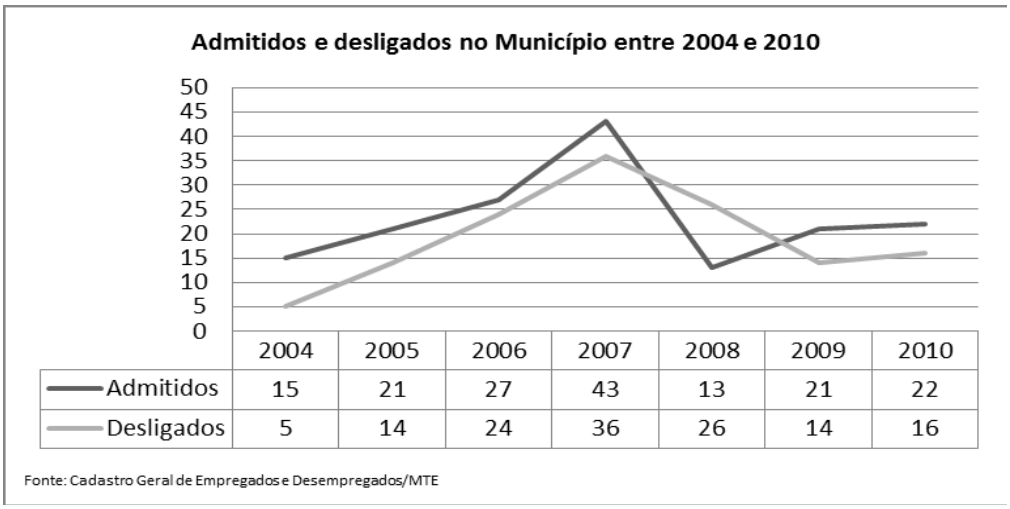


A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 55,5% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 3,5% em 2009 contra 6,2% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 6,2% em 2005 para 25,6% em 2009.



7.2.MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho formal do município apresentou em seis anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 29. No último ano as admissões registraram 22 contratações contra 16 demissões.

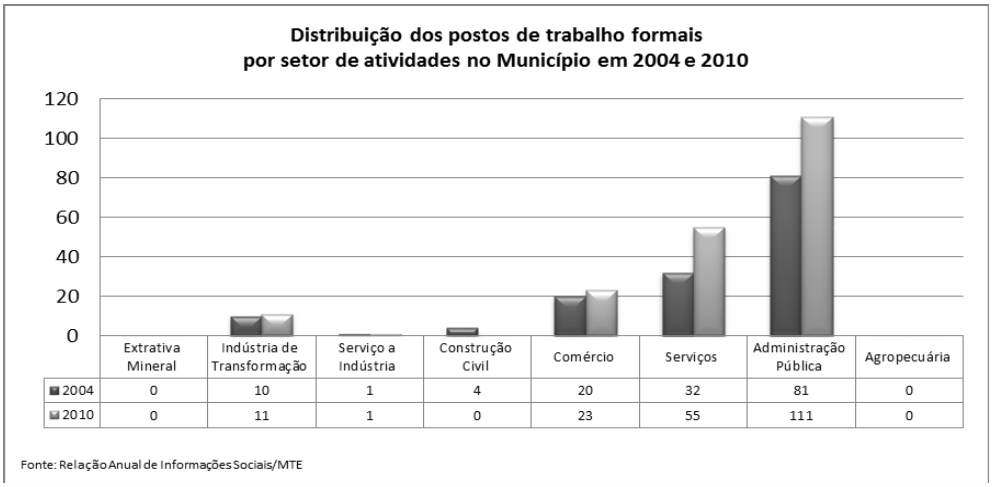


	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Admitidos	15	21	27	43	13	21	22
Desligados	5	14	24	36	26	14	16

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/MTE

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 201 postos, 35,8% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 27,8% no mesmo período.

Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, com 111 postos de trabalho, seguido pelo setor de Serviços com 55 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 82,6% do total dos empregos formais do município.



	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviço a Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária
2004	0	10	1	4	20	32	81	0
2010	0	11	1	0	23	55	111	0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/MTE

Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Serviços (de 21,62% em 2004 para 27,36% em 2010) e Administração Pública (de 54,73% para 55,22%). A que mais perdeu participação foi Construção Civil de 2,70% para 0,00%. Quanto a mão-de-obra disponível, a mesma é pouca e não especializada, pois as pessoas que tem formação vão buscar trabalho em cidades maiores.

7.3.ATIVIDADES ECONÔMICAS

O Município de Ivorá está ligado ao Pólo Regional de Santa Maria/RS, o qual devido a sua proximidade e importância atrai consideravelmente uma parcela da população e dos recursos do município na procura de bens de consumo, prestação de serviços, educandários e serviços de saúde.

Encontram-se no município de Ivorá/RS agroindústrias familiares caseiras que produzem rapaduras, melado, açúcar mascavo, geléias, bolachas, massas, queijo, embutidos e outros.

Quanto ao setor secundário e terciário destaca-se o comércio em geral (mercados, minimercados, padarias, confeitarias, lancherias, farmácias, móveis, agropecuárias, vestuário e outros).

7.3.1. INDÚSTRIA

A participação da indústria na agregação de valores e renda da economia municipal ainda é pequena. No entanto as perspectivas do setor são de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e o crescimento setorial. Destaca-se o setor moveleiro (marcenarias) e agroindústrias (padarias, confeitaria e moinho), agroindústrias familiares (farináceos, sucos, vinhos, queijos e embutidos) e a Cooperativa da Agricultura Familiar de Ivorá que está entrando no segmento da agroindústria,

especialmente no polimento e embalagem de feijão e frutas.

O Município está em vias de implantação de uma Área Industrial (Distrito Industrial) de 08 ha, na qual já está instalada a COOPIVORÁ (01 ha) e que será destinada a atividades industriais de baixo impacto ambiental e serviços. Cabe salientar que a ERS 348 passará na frente da Área Industrial, favorecendo assim a logística das empresas que se instalarem no local.

7.3.2. SETOR AGROPECUÁRIO

Quanto às propriedades, o município de Ivorá/RS apresenta um perfil predominante minifundiário e agricultura familiar.

Quanto ao regime de uso da terra, devido ao pequeno tamanho dos estabelecimentos fundiários, a grande maioria dos produtores é da categoria proprietários, havendo muito poucos exclusivamente arrendatários, posseiros ou ocupantes.

O perfil da produção agropecuária é marcado pela diversificação de culturas, destacando-se os cultivos de fumo, soja, milho, feijão, arroz, forrageiras como a aveia, azevém e trigo usado no pastejo de animais, como grão para consumo (trigo) e como base para o plantio direto.

Apresenta também uma área considerável com eucalipto, que é utilizado para a construção civil (madeira) e como fonte de energia (lenha) e árvores de espécies nativas para este reflorestamento. Há uma área expressiva de frutíferas como citros, videiras, pessegueiros e outras as quais são destinadas ao consumo de subsistência, comercializadas "in natura" ou agroindustrializadas na forma de sucos, vinhos, compotas, geléias e doces.

Um setor que tem se destacado é a agroindústria, na área das compotas,

conservas, vinhos e farináceos, sendo que a fabricação de pães, biscoitos, bolachas, bolos e massas apresenta uma grande produção e um grande consumo interno porém, está se buscando uma comercialização de âmbito regional para estes produtos bem como para os vinhos e cachaças aqui produzidos.

Na pecuária destaca-se a bovinocultura leiteira, sendo esta, uma das principais atividades econômicas de uma parcela considerável da população do município, devido a isso, os produtores vem investindo em genética e nutrição e alcançando resultados satisfatórios de produtividade, gerando uma importante receita na economia do Município.

A bovinocultura de corte é desenvolvida em menor escala assim como as demais criações (ovinos, suínos e aves), que na sua maioria são produzidos para fins de subsistência e o excedente da produção é comercializado como complemento da renda familiar.

Quanto às máquinas e equipamentos agrícolas, ouve ao longo dos anos, especialmente na última década a substituição da tração animal pela mecanização, apesar das condições topográficas (relevo acidentado) e do tamanho das propriedades (minifúndios).

De acordo com a EMATER/ASCAR – RS, cerca da metade da produção vegetal e animal tem origem nas propriedades de até 20 ha.

Grande parte da produção de grãos é comercializada via cooperativas e intermediários, já a produção pecuária e hortaliças são comercializadas diretamente aos consumidores e nos mercados locais.

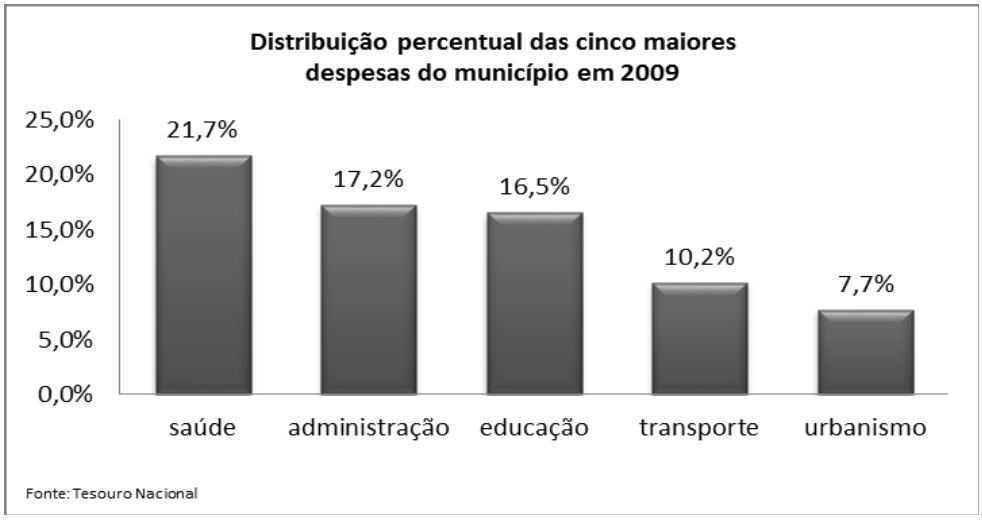
7.4. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Quanto a distribuição de renda em Ivorá/RS, podemos afirmar que esta é

relativamente equilibrada, pois não apresentamos grandes disparidades, a maioria da população urbana que está no mercado de trabalho apresenta renda de 1 a 3 salários mínimos, sendo que também apresentamos um grande número de pessoas aposentadas tanto na área urbana quanto rural.

Na área rural existem algumas localidades mais carentes, que por não possuírem terras e condições de trabalho rural, dependem da aposentadoria dos idosos da família ou recebem benefícios do governo federal como o Bolsa família e também a assistência do CRAS.

7.5. FINANÇAS PÚBLICAS



Fonte: Panorama Municipal-MDS e Combate a Fome/2009.

A receita orçamentária do município passou de R$ 4,6 milhões em 2005 para R$ 6,3 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 39,0% no período ou 8,58% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 17,28% em 2005 para 13,42% em 2009, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 29,70% para 28,67%. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 55,27% da receita orçamentária em 2005 para 62,98% em 2009. Essa dependência foi superior

àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 19,57% em 2009.

As despesas com saúde, administração, educação, transporte e urbanismo foram responsáveis por 73,38% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,52% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 2,61%.

8.ASPECTOS EDUCACIONAIS

A Secretaria Municipal de Educação - SMED é o setor que atende a Educação da Rede Municipal de Ensino do Município. Pertence a Associação do Municípios da Região Central do Estado – AMCENTRO e integra a Região da 8ª Coordenadoria Regional de Educação de Santa Maria/RS.

Fazem parte do Sistema Municipal as seguintes Entidades:

1.Secretaria Municipal de Educação – Elo de ligação entre as Escolas da Rede Municipal e Estadual do Município.

1.1.Estrutura de Pessoal: Secretária Municipal de Educação, Auxiliares Administrativos, Supervisão Pedagógica e Nutricionista.

1.2.Estrutura Física: possui 03 salas e 01 de reuniões no pavimento superior da Prefeitura.

2. Estrutura de Pessoal para Atender as Escolas Municipais e Projeto de Turno Inverso: 16 Professores Concursados, 01 Diretora de Cargo em Comissão, 04 Atendentes de Creche, 01 Professora de Educação Física concursada, 01 cozinheira concursada e 04 terceirizadas, 01 nutricionista – Consórcio Intermunicipal, 02 motoristas, 01 servente concursada e 03 terceirizadas. O Quadro do Magistério Público Municipal é regido pelo Plano de Carreira que foi criado pela Lei Municipal Nº

62/90, e está em fase de reformulação. Possui o Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei Municipal Nº 114/91, porém não está em funcionamento. Quanto as Avaliações do Quadro de Professores para Mudança de Classe, é realizada por uma Comissão de Representantes da SMED. Os demais funcionários seguem o Regime Jurídico da Prefeitura Municipal Lei Municipal Nº 479/2001. Os Funcionários terceirizados seguem o Sistema Trabalhista da Empresa contratada.

8.1. ESCOLAS MUNICIPAIS:

A estrutura da Rede Municipal de Ensino compreende 04 Escolas

ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	SÉRIES/ANOS
E.M.E.I. BEM-ME-QUER	AV. GARIBALDI,1266	CRECHE/EDUC.INF.
E.M.E.F. DUQUE DE CAXIAS	LINHA CINCO	1ª A 5ª
E.M.E.F. VICTOR WAIHRICH	COLÔNIA PEREIRA DE SOUZA	1ª A 5ª
E.M.E.F. DAVID SIMONETTI	LINHA SIMONETTI	1ª A 5ª

Fonte: Dados SMED/IVORÁ/RS – 2014.

8.1.2. MATRÍCULAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

MATRICULAS ESCOLAS MUNICIPAIS - IVORÁ			
Matrículas	**2012**	**2013**	**2014**
CRECHE	25	23	26
PRÉ-ESCOLA	29	34	30
ANOS INICIAIS	61	61	60
TOTAL	**115**	**118**	**116**

Fonte: Dados do Educacenso/MEC/INEP.

MATRICULAS CRECHE/EDUCAÇÃO INFANTIL - IVORÁ			
Matrículas	**2012**	**2013**	**2014**
CRECHE	25	23	26
PRÉ-ESCOLA	29	34	30
TOTAL	**54**	**57**	**56**

Fonte: Dados do Educacenso/MEC/INEP.

MATRICULAS ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLAS MUNICIPAIS			
Matrículas	**2012**	**2013**	**2014**
1ªS/ANO	13	16	10
2ªS/ANO	12	13	16
3ªS/ANO	10	11	14
4ªS/ANO	10	10	09
5ªS/ANO	16	11	11
TOTAL	**61**	**61**	**60**

Fonte: Dados do Educacenso/MEC/INEP.

8.1.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

As Escolas Municipais possuem uma Organização Curricular e um Ordenamento do Sistema Escolar fundamentado:

1.REGIMENTOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES/ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL:

É um conjunto de regras que norteiam e regulam a estrutura e o funcionamento escolar, além de definir a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar e estabelecer direitos e deveres de todos que convivem no ambiente.

O Regimento expressa o projeto educativo da escola, construído coletivamente, permitindo que ela expresse sua identidade sem perder de vista a legislação e as

diretrizes e políticas educacionais nacionais e estaduais.

2. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL:

É um instrumento norteador das práticas educativas desenvolvidas na escola, pois expressa seus valores, crenças, conhecimento, currículo e avaliação, elaborado por toda a comunidade escolar a fim de garantir um ensino de qualidade. Visa uma escola adequada à realidade de sua comunidade, conhecendo suas aspirações. encontra-se especificado alguns projetos e atividades pedagógicas a serem desenvolvidos na escola, num determinado período de tempo. É aprovado pela secretaria municipal de educação. Poderá receber reformulações quando necessário ou no período de 2 anos.

3. PLANO DE ESTUDOS – PADRÃO – ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS:

O plano de estudo é o guia do trabalho pedagógico do professor e organiza-se em conteúdos programático de cada componente curricular em termos de conhecimento, habilidades, valores e atitudes.

4. PLANO DE ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

O plano de atividades se estrutura em uma rotina de atividades, que visam possibilitar às crianças a internalização da dinâmica da sala de aula. a flexibilização das ações e do planejamento, mesmo norteada por uma rotina pedagógica, será sempre viabilizada, conforme as necessidades evidenciadas nas interações em sala de aula.

5. CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é uma das principais ferramentas previstas pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB para democratizar a gestão escolar pública. Tem função deliberativa, consultiva e fiscalizadora, constituindo-se no órgão máximo de discussão ao nível de Escola. O Conselho Escolar é criado através da Lei Municipal Nº 812/2009, de 15 de setembro de 2009 e segue o Regimento Padrão.

6.ASSOCIAÇÃO DO CÍRCULO DE PAIS E MESTRES – ACPM:

A A.C.P.M. visa integrar a escola, família e comunidade a fim de auxiliar no bom

andamento dos trabalhos administrativos e pedagógicos desenvolvidos na Escola. A A.C.P.M. rege-se por Estatuto Padrão.

7. PROJETO TURNO INVERSO:

No Prédio do Centro Administrativo Municipal Senador Alberto Pasqualini, funciona o Projeto de Turno Inverso "Mãos Dadas Pela Educação", que tem por objetivo desenvolver atividades complementares com propostas diferenciadas no Turno Inverso ao do Ensino Regular aos Alunos da Rede Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental(Anos Iniciais). As atividades acontecem no Centro de Atividades lúdicas da Brinquedoteca Castelo da Alegria, bem como em outros espaços como Pista Atlética, Ginásio de Esportes, Praça Pública Municipal, Pontos Turisticos e demais.

O Projeto conta com um Laboratório de Informática equipado com 17 computadores com acesso a Internet.

8.1.4. INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL

Os dados de infraestrutura representam a realidade informada pela Rede de Ensino e suas Escolas no Censo Escolar até a última quarta-feira do mês de maio de 2013. Os dados são públicos e oficializados pelo Ministério da Educação - MEC.

ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL/IVORÁ	
Total de Escolas:	**04**
Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 04| QEdu.org.br	
– **Alimentação**	
Escolas que fornecem alimentação	**100% (4 escolas)**
Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 4| QEdu.org.br	
– **Serviços**	
Água via rede pública	**100% (4 escolas)**

Energia via rede pública	100% (4 escolas)
Esgoto via rede pública	100%(1 escolas)
Coleta de lixo periódica	100% (4 escolas)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 4 | QEdu.org.br

– Dependências

Cozinha	100% (4 escolas)
Laboratório de informática	100% (3 escolas)
Sala para a diretoria	100% (4 escolas)
Sanitário dentro do prédio da escola	100% (4 escolas)
Sanitário fora do prédio da escola	OO% (4 escola)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 4| QEdu.org.br

– Equipamentos

Aparelho de DVD	04	100% (4 escolas)
Impressora	07	100% (4 escolas)
Antena parabólica	01	100% (1 escola)
Máquina copiadora	04	100% (4 escolas)
Retroprojetor	00	00% (4 escolas)
Televisão	07	100% (4 escolas)
Câmera Digital	04	100% (4 escolas)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 3 | QEdu.org.br

– Tecnologia

Internet Wi-Fi	04	100% (4 escolas)
Banda larga - 2MB	04	100% (4 escola)
Computadores uso dos alunos e professores	36 equipamentos	RS: 120.909Brasil: 1.608.829
Computadores uso administrativo	04 equipamentos	RS: 40.766Brasil: 569.711

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 3 | QEdu.org.br

– Acessibilidade	
Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência	50% (2 escolas)
Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência	00% (4 escolas)
Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 4| QEdu.org.br	

8.2.ESCOLAS ESTADUAIS

A estrutura da Rede Estadual de Ensino compreende 02 Escolas.

ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	SÉRIES/ANOS
E.E.E.F. JOÃO VIANEY	BOCA DA PICADA	1ª A 5ª
E.E.E.B.P.P. MARCELINO COPETTI	AV. GARIBALDI, 500	E.F/E.M.

Fonte: Dados SMED/IVORÁ/RS – 2014.

A E.E.E.B.Pe. Pedro Marcelino Copetti, conta com o Programa Mais Educação e o Programa de Ensino Médio Politécnico, bem como possui o Pólo do Instituto Federal Farroupilha -IFF, atendendo dois curso de Nível Técnico: Secretariado e de Informática.

8.2.1. MATRÍCULAS DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

MATRÍCULAS ESCOLAS ESTADUAIS - IVORÁ			
Matrículas	**2012**	**2013**	**2014**
CRECHE	00	00	00
PRÉ-ESCOLA	00	00	00
ANOS INICIAIS	55	59	57
ANOS	118	113	96

FINAIS			
ENSINO MÉDIO	88	78	93
EJA	00	00	00
EDUC. ESPECIAL	13	11	13
TOTAL	**266**	**253**	**252**

MATRÍCULAS ENSINO FUNDAMENTAL/MÉDIO - ESCOLAS ESTADUAIS - IVORÁ			
Matrículas	**2012**	**2013**	**2014**
1ªS/ANO	15	6	8
2ªS/ANO	9	17	7
3ªS/ANO	11	10	19
4ªS/ANO	13	12	11
5ªS/ANO	7	14	12
6ªS/ANO	67	33	31
7ªS/ANO	25	55	26
8ªS/ANO	26	25	39
1°ANO/ E.M.	48	24	40
2°ANO/ E.M.	19	38	22
3°ANO/ E.M.	21	16	31
TOTAL	**261**	**250**	**246**

DADOS EDUCACENSO/SMED E ESCOLAS ESTADUAIS/2014.

8.2.2.INFRAESTRUTURA

Os dados de infraestrutura representam a realidade informada pela Rede de Ensino e suas Escolas no Censo Escolar até a última quarta-feira do mês de maio de

2013. Os dados são públicos e oficializados pelo Ministério da Educação - MEC.

ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

Total de Escolas: 02

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 02| QEdu.org.br

– Alimentação

Escolas que fornecem alimentação	100% (2 escolas)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 2| QEdu.org.br

– Serviços

Água via rede pública	100% (2 escolas)
Energia via rede pública	100% (2 escolas)
Esgoto via rede pública	100%(1 escolas)
Coleta de lixo periódica	100% (2 escolas)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 2 | QEdu.org.br

– Dependências

Biblioteca	100% (1 escolas)
Cozinha	100% (2 escolas)
Laboratório de informática	100% (2 escolas)
Laboratório de ciências	100% (2 escola)
Quadra de esportes	100% (1 escolas)
Sala para leitura	100% (1 escolas)
Sala para a diretoria	100% (2 escolas)
Sala para os professores	100% (1 escolas)
Sala para atendimento especial	100% (1 escola)
Sanitário dentro do prédio da escola	100% (2 escolas)
Sanitário fora do prédio da escola	OO% (2 escola)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 2 QEdu.org.br

– Equipamentos

Aparelho de DVD	2 100% (2 escolas)
Impressora	6 100% (2 escolas)
Antena parabólica	1 100% (2 escola)
Máquina copiadora	1 100% (2 escolas)
Retroprojetor	1 50% (2 escolas)
Televisão	2 100% (2 escolas)
Câmera Digital	1 100% (2 escolas)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 2 | QEdu.org.br

– Tecnologia

Internet			100% (2 escolas)
Banda larga			100% (1 escola)
Computadores uso dos alunos e professores	26	equipamentos	RS: 120.909Brasil: 1.608.829
Computadores uso administrativo	9	equipamentos	RS: 40.766Brasil: 569.711

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 2 | QEdu.org.br

– Acessibilidade

Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência	00% (2 escolas)
Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência	50% (1 escolas)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 2| QEdu.org.br

O município através da Secretaria Municipal de Educação, está sempre buscando a formação e a qualificação dos profissionais que atuam na área, bem como investir em reformas e melhorias dos espaços físicos dos ambientes escolares, de modo que todos possam se sentir bem e exercer seus trabalhos com qualidade, no qual os alunos e professores interagem em busca da construção do conhecimento com

comprometimento, adquirindo e ofertando recursos didáticos pedagógicos e tecnológicos que possibilitem às escolas desenvolverem seus projetos e programas, viabilizando desta maneira, com que cada escola possa executar com afinco seu Projeto Político Pedagógico e alcançar seus objetivos.

O Município oportuniza ações que tem como finalidade garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, vinculando em ações de cunho cultural, social e esportiva, proporcionando desenvolver no educando todas as suas potencialidades. Desta forma contribui de maneira positiva e coletiva na formação integral dos educandos.

Aliada a estas oportunidades, é oferecido transporte escolar gratuito aos alunos do meio rural, com segurança, tanto, com os veículos próprios ou terceirizados, bem como as escolas municipais recebem a alimentação escolar sempre com a preocupação que atenda a um cardápio variado e nutritivo como condição fundamental na contribuição da saúde dos alunos proporcionando deste modo, a efetivação ao direito a uma educação de qualidade.

9. DEFINIÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS:

META 1:

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

DIAGNÓSTICO (0 – 3 ANOS)

Indicador 1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.

	Brasil
	Estado
	Município
Meta Brasil: 50%	
	21,2%
	Brasil
Meta Brasil: 50%	
	31,4%
	Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 50%	
	22,1%
	RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

REALIDADE MUNICIPAL:

– Matrículas – IVORÁ - 2013

Matrículas em creche	23 estudantes	RS: 143.085	Brasil: 2.730.119
Matrículas em pré-escola	34 estudantes	RS: 184.061	Brasil: 4.860.481
TOTAL	**57 estudantes**		

BRASIL/2013	IVORÁ/RS
CRECHE (0-3 ANOS)	**CRECHE (0-3 ANOS)**
Como é: • 11 milhões de crianças •2,7milhões matriculadas •25,4% da população atendida	**Como é:** 2013 – 27,1% crianças matriculadas 2014 – 38,8% crianças matriculadas
Como será: •5,4 milhões matriculadas •50% da população atendida	**Como será:** • 50 % da população atendida
Creche: 63,4% público 36,6% privado	
Fonte: INEP/2013	Fonte: INEP/MEC –MP/RS-2013 SMED/IVORÁ/RS/2014

REALIDADE MUNICIPAL:

DIAGNÓSTICO (4 – 5 ANOS)

Indicador 1A - Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.

Brasil

Estado

Município

Meta Brasil: 100%

78,2%

Brasil

Meta Brasil: 100%

62,4%

Rio Grande do Sul

Meta Brasil: 100%

46,1%

RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012

BRASIL/2013	IVORÁ/RS
PRÉ-ESCOLA (4-5 anos)	**PRÉ-ESCOLA (4-5 anos)**
Como é: • 5,8 milhões de crianças • 4,8 milhões matriculadas • 83,1% da população atendida	**Como é:** 2013 – 87,2% crianças matriculadas 2014 – 92,3% crianças matriculadas
Como será: • 5,8 milhões matriculadas • 100% da população atendida	**Como será:** • 100 % da população atendida
Pré-escola: 75% público 25% privado	
Fonte: INEP/2013	Fonte: INEP/MEC –MP-2013 - SMED/IVORÁ/RS/2014

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

1.1) Expandir em regime de colaboração com a União, a Rede Municipal de Educação Infantil, segundo Padrão Nacional de Qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) Realizar, periodicamente, com a parceria da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.3) Aderir, na medida do possível e observada a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, em regime de colaboração com a União, respeitando as normas de acessibilidade, Programa Nacional de Construção e Reestruturação de Escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;

1.4) Promover a Formação Continuada dos Profissionais da Educação Infantil.

1.5) Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento

Educacional Especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, oportunizando a Educação Bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica;

1.6) Intensificar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das Áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 anos de idade;

1.7) Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização da Escola de Educação de Infantil, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a Parâmetros Nacionais de Qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;

1.8) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de Programas de Transferência de Renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e proteção à infância;

1.9) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.10) O Município realizará a cada ano, o levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em Creche e Pré-escola, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.11) Oportunizar gradativamente, conforme a necessidade, recursos físicos, humanos e financeiros ao acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.12) Sempre que a demanda for maior que o número de vagas ofertadas na Rede Municipal, implantar critérios de enquadramento e condicionalidade dando prioridade

as Crianças com Deficiência, Vulnerabilidade, Risco Social e beneficiários de Programas de Transferência de Renda.

META 2:

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

REALIDADE MUNICIPAL

– Matrículas – IVORÁ - 2013

Matrículas anos iniciais	135 estudantes	RS: 787.782	Brasil: 15.764.926
Matrículas anos finais	113 estudantes	RS: 626.950	Brasil: 13.304.355
TOTAL	**248 estudantes**		

Fonte: INEP/MEC - Mapa Social – MP/RS – 2013

DIAGNÓSTICO (6 – 14 ANOS)

Indicador 2A - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.

	Brasil
	Estado
	Município
Meta Brasil: 100%	
	98,2%
	Brasil
Meta Brasil: 100%	
	98,0%
	Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 100%	
	97,0%
	RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Ivorá							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	-	87.50	-	12.50	-	0.00
	2009	-	88.90	-	11.10	-	0.00
	2010	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2011	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2012	-	100.00	-	0.00	-	0.00
2ª série / 3º ano do EF	2008	-	93.30	-	6.70	-	0.00
	2009	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2011	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2012	-	100.00	-	0.00	-	0.00
3ª série / 4º ano do EF	2008	-	80.00	-	20.00	-	0.00
	2009	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	95.70	-	4.30	-	0.00
	2011	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2012	-	100.00	-	0.00	-	0.00
4ª série / 5º ano do EF	2008	-	90.90	-	9.10	-	0.00
	2009	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2011	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2012	-	93.80	-	6.30	-	0.00

Data Escola Brasil, do Inep / MEC

Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Ivorá							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	84.60	100.00	15.40	0.00	0.00	0.00
	2011	90.00	100.00	10.00	0.00	0.00	0.00
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
2ª série / 3º	2008	100.00	50.00	0.00	50.00	0.00	0.00

Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Ivorá							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
ano do EF	2009	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2012	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
3ª série / 4º ano do EF	2008	91.70	100.00	8.30	0.00	0.00	0.00
	2009	93.80	100.00	6.20	0.00	0.00	0.00
	2010	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2012	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
4ª série / 5º ano do EF	2008	87.50	0.00	12.50	0.00	0.00	0.00
	2009	92.90	0.00	7.10	100.00	0.00	0.00
	2010	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2012	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
5ª série / 6º ano do EF	2008	60.00	0.00	36.00	0.00	4.00	0.00
	2009	46.90	0.00	50.00	0.00	3.10	0.00
	2010	51.40	-	48.60	-	0.00	-
	2011	88.40	-	9.30	-	2.30	-
	2012	57.10	-	42.90	-	0.00	-
6ª série / 7º ano do EF	2008	80.50	0.00	19.50	0.00	0.00	0.00
	2009	66.70	0.00	28.20	0.00	5.10	0.00
	2010	88.50	-	7.70	-	3.80	-
	2011	95.20	-	4.80	-	0.00	-
	2012	67.50	-	32.50	-	0.00	-
7ª série / 8º ano do EF	2008	76.30	0.00	23.70	0.00	0.00	0.00
	2009	48.70	0.00	48.70	0.00	2.60	0.00
	2010	70.70	-	26.80	-	2.50	-
	2011	73.30	-	26.70	-	0.00	-
	2012	77.30	-	22.70	-	0.00	-
8ª série / 9º ano do EF	2008	45.00	0.00	47.50	0.00	7.50	0.00
	2009	48.80	0.00	48.80	0.00	2.40	0.00
	2010	55.00	-	40.00	-	5.00	-
	2011	82.50	-	15.00	-	2.50	-

Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Ivorá							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	2012	46.20	-	53.80	-	0.00	-

Data Escola Brasil, do Inep / MEC

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE		
	ANO	TAXA
ANOS INICIAIS	2009	9,0%
	2010	12,4%
	2011	8,9%
	2012	6,9%
	2013	8,7%

Fonte: INEP/MEC - Mapa Social – MP/RS – 2013.

MATRÍCULAS – IVORÁ/RS		
MATRÍCULAS ANOS INICIAIS	ESTUDANTES	TAXA DA EVOLUÇÃO DA APROVAÇÃO
2010	129	97,7%
2011	112	99,1%
2012	116	99,1%
2013	127	98,3%

Fonte: INEP/MEC – MAPA SOCIAL -MP/RS - 2013.

DIAGNÓSTICO - CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA IDADE CERTA

Indicador 2B - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Brasil

Estado

Município

Meta Brasil: 95%

65,3%

Brasil

Meta Brasil: 95%

66,9%

Rio Grande do Sul

Meta Brasil: 95%

71,4%

RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

MATRÍCULAS – IVORÁ/RS		
MATRÍCULAS ANOS FINAIS	ESTUDANTES	TAXA DA EVOLUÇÃO DA APROVAÇÃO
2010	143	64,8%
2011	133	84,3%
2012	118	62,1%
2013	113	91,2%

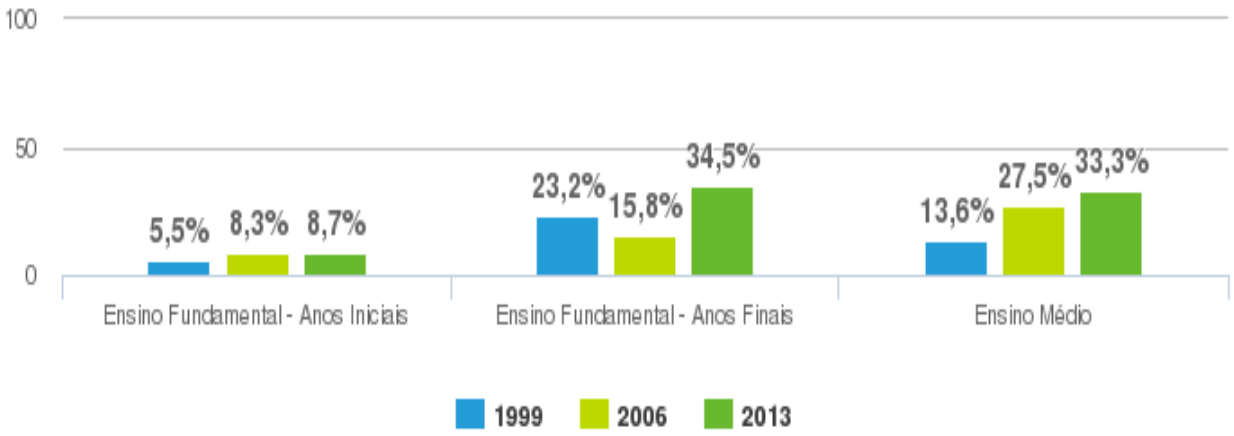
Fonte: INEP/MEC – MAPA SOCIAL -MP/RS - 2013.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE		
	ANO	TAXA
ANOS FINAIS	2009	33,3%
	2010	40,6%
	2011	39,1%
	2012	33,1%
	2013	34,5%

Fonte: INEP/MEC - Mapa Social – MP/RS – 2013.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO – 1999/2006/2013 – IVORÁ/RS

Fonte: Ministério da Educação - INEP



ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS

2.1. Pactuar, com a União, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos no Ensino Fundamental.

2.2) Aderir a mecanismos instituidos pelo MEC para o acompanhamento individualizado dos Alunos do Ensino Fundamental;

2.3) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de Programas de Transferência de Renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.4) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) Adotar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial e das Escolas do Campo;

2.6) Disciplinar, no âmbito dos Sistemas Municipais de Ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do Calendário Escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.7) Fortalecer a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural;

2.8) Incentivar, promover e fortalecer a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.9) Ofertar o Ensino Fundamental, em especial dos Anos Iniciais, para as populações do campo nas próprias comunidades;

2.10) Garantir a oferta do Ensino Fundamental, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.11) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante Certames e Concursos Municipais, Regionais, Estaduais e Nacionais;

2.12) Fortalecer atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas para as escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo Municipal, Regional, Estadual e Nacional.

META 3:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

REALIDADE MUNICIPAL

– Matrículas – IVORÁ -

MATRÍCULAS ENSINO MÉDIO (1º, 2ºE 3º)	ESTUDANTES	TAXA DA EVOLUÇÃO DA APROVAÇÃO
2010	101	75,0%
2011	79	83,5%
2012	88	82,4%
2013	78	93,5%

Fonte: INEP/MEC – MAPA SOCIAL -MP/RS/2013.

DIAGNÓSTICO (15 – 17 ANOS) – POPULAÇÃO E MATRÍCULAS

Indicador 3A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.

Brasil	
Estado	
Município	
Meta Brasil: 100%	
	84,2%
	Brasil
Meta Brasil: 100%	
	83,1%
	Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 100%	
	94,3%
	RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Taxas de Rendimento

Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Ivorá							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1° ano do EM	2008	59.30	0.00	35.20	0.00	5.50	0.00
	2009	46.90	0.00	46.90	0.00	6.20	0.00
	2010	55.30	-	38.30	-	6.40	-
	2011	65.60	-	28.10	-	6.30	-
	2012	70.00	-	28.00	-	2.00	-
2° ano do EM	2008	80.60	0.00	19.40	0.00	0.00	0.00
	2009	65.60	0.00	31.30	0.00	3.10	0.00
	2010	87.10	-	9.70	-	3.20	-
	2011	91.70	-	8.30	-	0.00	-
	2012	94.70	-	5.30	-	0.00	-
3° ano do EM	2008	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-

Sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE		
	ANO	TAXA
ENSINO MÉDIO	2009	22,8%
	2010	19,8%
	2011	24,1%
	2012	33,0%
	2013	33,3%

Fonte: INEP/MEC – MAPA SOCIAL -MP/RS/2013.

DIAGNÓSTICO (15 – 17 ANOS) – MATRICULADAS NO ENSINO MÉDIO

Indicador 3B - Taxa líquida de matrícula no ensino médio.

	Brasil
	Estado
	Município
Meta Brasil: 85%	
	54,1%
	Brasil
Meta Brasil: 85%	
	53,8%
	Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 85%	
	55,8%
	RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

3.1) Apoiar o Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2.) Pactuar, com o Estado e União, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do Ensino Médio;

3.3) Garantir a fruição de bens e espaços culturais, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.4) Apoiar Programas e Ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio

do acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5) Apoiar e incentivar a participação dos alunos do Ensino Médio ao Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e utilizar como instrumento de avaliação sistêmica, para contribuir com políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior;

3.6) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários de Programas de Transferência de Renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.7) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.8) Apoiar o Programa de Educação e Cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.9) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.10) Estimular políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.11) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

META 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede Regular de Ensino, com a garantia de Sistema Educacional Inclusivo, de Salas de Recursos Multifuncionais, serviços especializados, públicos ou conveniados.

REALIDADE MUNICIPAL

Indicador 4 - Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

	Brasil
	Estado
	Município
Meta Brasil: 100%	
	85,8%
	Brasil
Meta Brasil: 100%	
	83,4%
	Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 100%	
	57,2%
	RS - Ivorá

Fonte: IBGE/Censo Populacional – 2010

Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2010	100%	12	0%0
2011	100%	13	0%0
2012	100%	13	0%0
2013	100%	17	0%0

Fonte: MEC/Inep/Deed - Sinopse Estatística da Educação Básica / Preparação: Todos Pela Educação

Por Etapa / Educação Infantil

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2010	0%0	0	0%0
2011	0%0	0	0%0
2012	0%0	0	0%0
2013	0%0	0	0%0

Fonte: MEC/Inep/Deed - Sinopse Estatística da Educação Básica / Preparação: Todos Pela Educação

Por Etapa / Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2010	100%	5	0%0
2011	100%	5	0%0
2012	100%	5	0%0
2013	100%	7	0%0

Fonte: MEC/Inep/Deed - Sinopse Estatística da Educação Básica / Preparação: Todos Pela Educação

– **Por Etapa / Anos Finais do Ensino Fundamental**

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2010	100%	7	0%0
2011	100%	8	0%0
2012	100%	8	0%0
2013	100%	8	0%0

Fonte: MEC/Inep/Deed - Sinopse Estatística da Educação Básica / Preparação: Todos Pela Educação

– **Por Etapa / Ensino Médio**

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2010	0%0	0	0%0
2011	0%0	0	0%0
2012	0%0	0	0%0
2013	100%0	2	0%0

Fonte: MEC/Inep/Deed - Sinopse Estatística da Educação Básica / Preparação: Todos Pela Educação

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

4.1) Promover o atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

4.2) Implantar, ao longo deste Plano Municipal de Educação - PME, conforme a necessidade, Salas de Recursos Multifuncionais e fomentar a Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado nas Escolas urbanas e do campo;

4.3) Garantir Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais, serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas

complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na Rede Pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.4) Intensificar a Rede Multidisciplinar de Profissionais das Áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia, Educação Especial e Psicologia, para apoiar o trabalho dos Professores da Educação Básica com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.5) Aderir a Programas Suplementares que promovam a acessibilidade nas Instituições Públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

4.6) Garantir a oferta de Educação Bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.7) Garantir a oferta de Educação Inclusiva, vedada a exclusão do Ensino Regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o Ensino Regular e o Atendimento Educacional Especializado;

4.8) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de Programas de Transferência de Renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de

assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.9) Estimular a utilização de materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.10) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.11) Apoiar a ampliação das Equipes de Profissionais da Educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos e professores bilíngues;

4.12) Promover a participação das famílias e da sociedade na construção do Sistema Educacional Inclusivo.

META 5:

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

REALIDADE MUNICIPAL

Indicador 5 - Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental

	Brasil
	Estado
	Município
Meta Brasil: 100%	
	97,2%
	Brasil
Meta Brasil: 100%	
	99,4%
	Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 100%	
	100,0%
	RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

BRASIL/2013	IVORÁ/2013
Alfabetizado até o 3º ano (8 anos de idade)	Alfabetizado até o 3º ano (8 anos de idade)
Como é: • 56% das crianças do 3º ano alfabetizadas	**Como é:** • 100 % das crianças do 3º ano alfabetizadas
Como será: • 100% das crianças do 3º alfabetizadas	**Como será:** • 100 % das crianças do 3º alfabetizadas
Fonte: Prova ABC, 2011	

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Pré-Escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) Aderir e participar dos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os Sistemas de Ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;

5.3) Adotar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) Estimular o uso de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) Apoiar a alfabetização de crianças do campo com a utilização de materiais didáticos específicos e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a sua identidade cultural;

5.6) Estimular e promover a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;

5.7) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades.

5.8) Fomentar a participação e desenvolvimento do Programa Nacional de

Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, planos de aperfeiçoamento e desenvolvimento de estratégias de melhoramento da alfabetização até o 3º ano do Ensino Fundamental.

META 6:

Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica.

REALIDADE MUNICIPAL

BRASIL/2012	IVORÁ/2013
Escolas Turno Integral	Escolas Turno Integral
Como é: • 152.474 escolas de educação básica • 18.800 escolas ofertam ETI • 12,3 % das escolas ofertam ETI	**Como é:** • 06 escolas de educação básica(completa ou que ofertam uma etapa da Educação Básica), mas não atendem a Escola Turno Integral – ETI.
Como será: • 76.237 escolas com oferta de ETI • 50% das escolas com oferta de ETI	**Como será:** • 50% das escolas com oferta de ETI.
Fonte: INEP/2013	

BRASIL/2013	IVORÁ/2013
Matrículas em Turno Integral	Matrículas em Turno Integral
Como é: • 41 milhões de matrículas na educação básica • 3,4 milhões de matrículas em ETI • 8,3 % da população atendida em ETI	**Como é:** • 128 matrículas Escola Estadual (PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO) . **00 Matrículas em E.T.I.**
Como será: • 11 milhões matrículas em ETI • 25% das matrículas em ETI	**Como será:** • 25% das escolas com oferta de E.T.I.
Fonte: INEP/2013	

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

6.1) Promover, gradativamente, com o apoio da União e o Estado, a oferta de Educação Básica Pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2) Instituir, com a União e o Estado, em regime de colaboração, Programa de construção de escolas com padrão arquitetônico regional e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) Aderir, em regime de colaboração, com repasses de recursos da União e Estado, o Programa Nacional de Ampliação e Reestruturação das Escolas Públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5) Estimular e buscar a oferta de atividades voltadas à ampliação gradativamente da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica por parte das entidades privadas de serviço social(FUNDAÇÃO ANGELO BOZZETO, SENAI, SENAC, SENAR, SEBRAE, SESC, PRONATEC,....), de forma concomitante e em articulação com a Rede Pública de Ensino;

6.6) Adotar medidas, gradativamente, para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais

META 7:

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

REALIDADE MUNICIPAL

ESCOLAS MUNICIPAIS:

4ª série / 5º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IVORÁ	-	-		5.6	*	-	-	-	5.9	6.1	6.3	6.6	6.8

FONTE: IDEB/INEP/MEC 2013

ESCOLAS ESTADUAIS:

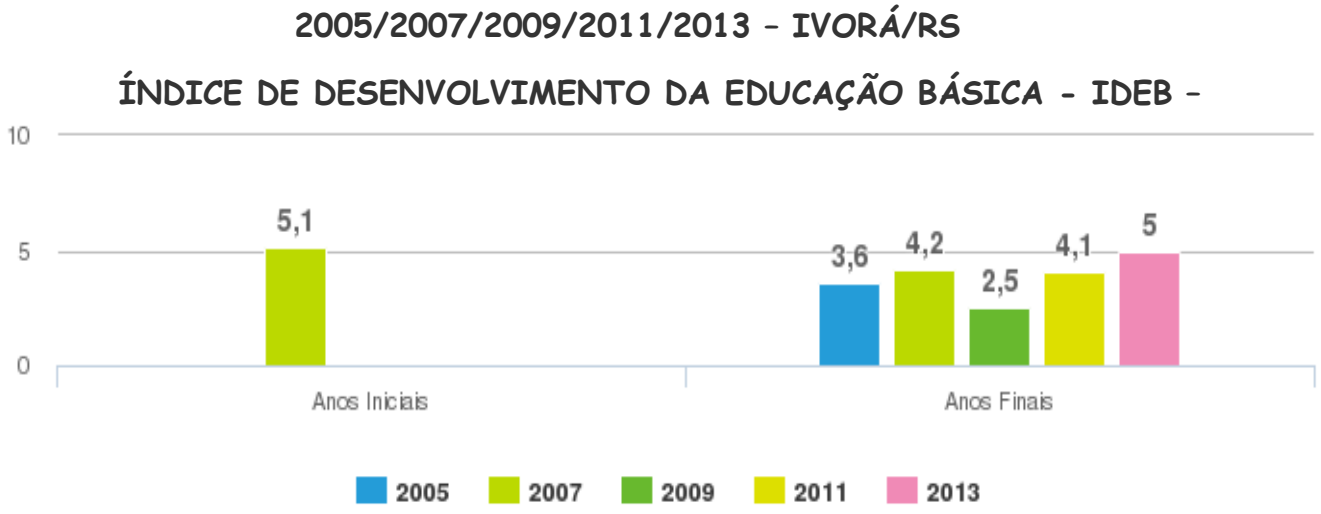
4ª série / 5º ano

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
VI IVORÁ		5.2			***	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2	6.4	6.6	6.9

8ª série / 9º ano

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IVORÁ	3.6	4.2	2.5	4.1	5.0	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6

FONTE: IDEB/INEP/MEC 2013



Fonte: Ministério da Educação - IDEB

O IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado no último ano das séries iniciais e finais do ensino fundamental, podendo variar de 0 a 10.

Este Município, em 2.013, está na 533ª posição, entre os 5.565 municípios do Brasil, quando avaliados os alunos dos anos finais. Quando analisada a sua posição entre os 496 Municípios de seu Estado, Ivorá está na 57ª posição nos anos finais. Em 2.013, o

valor do IDEB nos anos iniciais foi nulo[1], não sendo possível calcular a posição no ranking nacional e estadual.
Fonte: Ministério da Educação – IDEB

Resultado da Prova Brasil - Rede Municipal em Ivorá					
SÉRIE/ ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2009	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-
	2011	5.6	5.6	-	-

Fonte:Sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC

Resultado da Prova Brasil - Rede Estadual em Ivorá					
SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-
8ª SÉRIE / 9º ANO	2007	206.57	191.61	5.59	5.19
	2005	251.06	228.47	5.04	4.28
	2009	252.68	237.52	5.09	4.58
	2007	255.19	235.83	5.17	4.53

Fonte:Sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC

Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - Redes em Ivorá			
Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009		
Rede Estadual	2009/2012	513.55/**520,45**	570.59
Rede Municipal	2009		

Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - Redes em Ivorá			
Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Privada	2009		

Fonte:Sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC – MP/RS.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

7.1) Adotar diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a Base Nacional Comum dos Currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental e Médio.

7.2) Oportunizar que:

a) No quinto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação – PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) No último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação - PME, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) Participar do processo contínuo de autoavaliação das Escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.4) Aderir e executar os Planos de Ações Articuladas - PAR, em parceria com a

União, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica Pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.5) Ofertar Educação Especial com qualidade, segundo os indicadores estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e Ministério da Educação e Cultura - MEC.

7.6) Orientar e estimular a Rede Municipal de Ensino de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.

7.7) Reivindicar e apoiar estudos para aperfeiçoar o Sistema de Avaliação da Educação Básica, buscando a contextualização dos indicadores e levando em consideração os múltiplos fatores que interferem na atuação da escola, em especial as condições socioeconômicas dos estudantes;

7.8) Melhorar o desempenho dos alunos da Educação Básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

7.9) Divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas.

7.10) Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da Educação do Campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.11) Adotar modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.12) Assegurar até o quinto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação - PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas Escolas da Rede Pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.13) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.14) Aderir a programas e ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.15) Manter, em regime de colaboração, com o MEC a atualização de equipamentos das escolas públicas, através do PAR e Proinfo;

7.16) Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da Secretaria Municipal de Educação, bem como aderir a Programa Nacional de Formação Inicial e Continuada para o pessoal técnico da Secretaria de Educação;

7.17) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo

desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.18) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-brasileira e Indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e Nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.19) Desenvolver currículos e propostas pedagógicas para as Escolas do Campo , incluindo os conteúdos culturais, considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência;

7.20) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.21) Apoiar mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da Rede Escolar Pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.22) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.23) Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação, a fim de orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.24) Incentivar a formação de leitores e a capacitação de professores para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

META 8:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

REALIDADE MUNICIPAL

Indicador 8B - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente em área rural.

	Brasil Estado Município
Meta Brasil: 12 anos	
	8 Brasil
Meta Brasil: 12 anos	
	9 Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 12 anos	
	10 RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Indicador 8C - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres.

Brasil

Estado

Município

Meta Brasil: 12 anos

8

Brasil

Meta Brasil: 12 anos

8

Rio Grande do Sul

Meta Brasil: 12 anos

9

RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Indicador 8D - Diferença entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.

Brasil

Estado

Município

Meta Brasil: 100%

91,5%

Brasil

Meta Brasil: 100%

86,8%

Rio Grande do Sul

Meta Brasil: 100%

85,7%

RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Indicador 8A - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

Brasil	
Estado	
Município	
Meta Brasil: 12 anos	
10	
Brasil	
Meta Brasil: 12 anos	
10	
Rio Grande do Sul	
Meta Brasil: 12 anos	
10	
RS - Ivorá	

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

8.1) Intensificar ações para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado;

8.2) Expandir a oferta de Educação de Jovens e Adultos - EJA para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) Incentivar o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio;

8.4) Apoiar a oferta gratuita de Educação Profissional Técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública;

8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o

acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na Rede Pública Regular de Ensino;

8.6) Intensificar a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

META 9:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

REALIDADE MUNICIPAL

Indicador 9A - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Brasil	
Estado	
Município	
Meta Brasil: 93.50%	
	91,3%
	Brasil
Meta Brasil: 93.50%	
	95,7%
	Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 93.50%	
	95,2%
	RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012

BRASIL/2012	IVORÁ/2012
Inclusão e Diversidade Universalizar (18-29 anos)	Inclusão e Diversidade Universalizar (18-29 anos)
Como é (Alfabetizados): • 91,3% da população com mais de 15 anos alfabetizados. Como será: • Toda a população brasileira alfabetizada Fonte: UNESCO, 2012	Como é: ALFABETIZADOS • 95,2 % da população com mais de 15 anos alfabetizados. Como será: • Toda a população alfabetizada

Indicador 9B - Percentual da população de 15 anos ou mais de idade sem os anos iniciais do ensino fundamental concluídos.

Brasil

Estado

Município

Meta Brasil: 15.30%

30,6%

Brasil

Meta Brasil: 15.30%

31,6%

Rio Grande do Sul

Meta Brasil: 15.30%

24,0%

RS - Ivorá

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Nota: O objetivo desse indicador é reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

BRASIL/2012	IVORÁ/2012
Inclusão e Diversidade Universalizar (18-29 anos)	Inclusão e Diversidade Universalizar (18-29 anos)
Como é (Analfabetismo funcional): • 30,6 % da população de 15 anos ou mais de idade sem os anos iniciais do ensino fundamental concluídos. Como será: • o máximo 15,3% de analfabetos funcionais.	Como é (Analfabetismo funcional): • 24,0 % da população de 15 anos ou mais de idade sem os anos iniciais do ensino fundamental concluídos. Como será: • o máximo 13,6 % de analfabetos funcionais.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

9.1) Assegurar, em parceria com a Rede Estadual, a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos - EJA a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;

9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos - EJA;

9.3) Estabelecer parcerias com a Rede Estadual, na oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) Promover busca ativa em regime de colaboração entre Estado e Município para a realização das inscrições e dos exames da Educação de Jovens e Adultos - EJA;

9.5) Apoiar ações que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

META 10:

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

REALIDADE MUNICIPAL

Indicador 10 - Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Brasil	
Estado	
Município	
Meta Brasil: 25%	
	1,7%
	Brasil
Meta Brasil: 25%	
	1,3%
	Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 25%	
	0,0%
	RS – Ivorá

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

BRASIL/2013	IVORÁ/2013
Educação de Jovens Adultos na forma integrada à educação profissional (oferecer 25 % matriculas)	Educação de Jovens Adultos na forma integrada à educação profissional (oferecer 25 % matriculas)
Como é: • 52 mil matriculados **Como será:** • 1 milhão de matriculados	**Como é:** • 00 matrículas em EJA • 00 matrículas em EJA na forma integrada à educação profissional **Como será:** • 25 % das matriculas em EJA em forma integrada à educação profissional (no mínimo 17 matriculas)

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

10.1) Apoiar, conforme realidade, ao Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à Formação Profissional Inicial, estabelecendo parcerias com a Rede Estadual, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica;

10.2) Estimular as matrículas na Educação de Jovens e Adultos - EJA, de modo a articular a Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

10.3) Incentivar a integração da Educação de Jovens e Adultos - EJA com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos e considerando as especificidades das populações do campo, inclusive na modalidade de Educação a Distância;

10.4) Apoiar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos - EJA articulada à Educação Profissional;

10.5) Apoiar Programa Nacional de Reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos - EJA integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos - EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos;

10.7) Incentivar a utilização de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos - EJA articulada à Educação Profissional;

10.8)Apoiar a oferta pública de Formação Inicial e Continuada para trabalhadores articulada à Educação de Jovens e Adultos - EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

META 11

Incentivar, no Município e Região, a ampliação da oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio na Rede Pública, a fim de atender a demanda local e regional.

REALIDADE MUNICIPAL

Indicador 11A - Matrículas em educação profissional técnica de nível médio.

Brasil	
Estado	
Meta Brasil: 4.808.838 matrículas	
	1.602.946
	Brasil
Meta Brasil: 4.808.838 matrículas	
	105.297
	Rio Grande do Sul

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Indicador 11B - Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.

Brasil	
Estado	
Meta Brasil: 2.701.557 matrículas	
	900.519
	Brasil
Meta Brasil: 2.701.557 matrículas	
	62.351
	Rio Grande do Sul

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

CURSOS TÉCNICOS EM IVORÁ/2014				
	CURSO	CARGA HORÁRIA	TURNO	Nº DE ALUNOS
01	TÉCNICO EM SECRETARIADO	1.070H	NOITE	25
02	TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES	1.133H	NOITE	08

Fonte: E.E.E.E.B.P.P.Marcelino Copetti/Ivorá/RS – 2014.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

11.1) Incentivar as matrículas de Educação Profissional Técnica de nível Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) Apoiar a expansão da oferta de Cursos Técnicos Profissionalizantes de Nível Médio na Rede Pública Estadual e Federal de Ensino;

11.3) Incentivar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4) Estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnico de Nível Médio e do Ensino Médio Regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) Apoiar ações que promovam a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível

Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.6) Incentivar a frequência em Cursos Técnicos de Formação Profissional, oferecidos no Município e Região, conforme a necessidade local.

META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

REALIDADE MUNICIPAL

Indicador 12A - Taxa de escolarização bruta na Educação Superior da população de 18 a 24 anos.

	Brasil
	Estado
Meta Brasil: 50%	
	28,7%
	Brasil
Meta Brasil: 50%	
	36,7%
	Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012

TAXA BRUTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS – IVORÁ (MP/RS/2010)

Como é Ivorá	**22,54%**	

TAXA BRUTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS – BRASIL – RS –

Como deve ser	**MATRICULADAS (50,0 %)**	

Matrículas no Brasil

Como é	18,7% matriculados	81,3% de jovens fora da educação superior
Como será	33% matriculados na Ed. Superior	67% de jovens fora da educação superior

Indicador 12B - Taxa de escolarização líquida ajustada na Educação Superior da população de 18 a 24 anos.

	Brasil
	Estado
Meta Brasil: 33%	
	18,7%
	Brasil
Meta Brasil: 33%	
	22,6%
	Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

12.1) Reivindicar que seja ampliada e interiorizada o acesso à graduação de Universidades Públicas;

12.2) Reivindicar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil;

12.3) Incentivar no Ensino Médio a necessidade de formação de professores para a Educação Básica em todas as áreas;

12.4) Divulgar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico, bem como da existência deste financiamento para Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

12.5) Manter a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;

12.6) Incentivar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior;

12.7) Reivindicar condições de acessibilidade nas instituições de Educação Superior, na forma da Legislação;

12.8) Apoiar e divulgar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em Cursos de Graduação e Pós-graduação, em âmbito Nacional e Internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de Nível Superior;

12.9) Apoiar atendimento específico as populações do campo, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;

12.10) Mapear a demanda e incentivar a oferta de formação de pessoal de Nível

Superior, considerando as necessidades do desenvolvimento Regional, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;

12.11) Divulgar aos estudantes universitários a existência do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005;

META 13

Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de Mestres e Doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) Doutores.

Indicador 13A - Percentual de funções Docentes na Educação Superior com Mestrado ou Doutorado.

	Brasil
	Estado
Meta Brasil: 75%	
	69,5%
	Brasil
Meta Brasil: 75%	
	82,3%
	Rio Grande do Sul

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior – 2012

Indicador 13B - Percentual de funções Docentes na Educação Superior com Doutorado.
Brasil
Estado
Met a Brasil: 35%
32,1%
Brasil
Meta Brasil: 35%
39,8%
Rio Grande do Sul

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior – 2012

ESTRATÉGIA MUNICIPAL

13.1) Reivindicar, junto as Universidades Públicas e Privadas da região, a ampliação do corpo docente com formação em mestrado ou doutorado.

META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na Pós-Graduação Stricto Sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) Mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) Doutores.

Indicador 14A - Número de Títulos de Mestrado Concedidos por Ano.
Brasil
Estado
Meta Brasil: 60.000 títulos
47.138
Brasil
Meta Brasil: 60.000 títulos
3.898
Rio Grande do Sul

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - 2012

Indicador 14B - Número de Títulos de Doutorado Concedidos por Ano.	
	Brasil
	Estado
Meta Brasil: 25.000 títulos	
	13.912
	Brasil
Meta Brasil: 25.000 títulos	
	1.237
	Rio Grande do Sul

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - 2012

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS

14.1) Divulgar as ofertas de financiamento da Pós-Graduação Stricto Sensu por meio das agências oficiais de fomento;

14.2) Divulgar a oferta de financiamento estudantil por meio do Fies à Pós-graduação Stricto Sensu;

14.3)Divulgar a oferta de Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu, incentivando a utilização, inclusive de metodologias, recursos e tecnologias de Educação à Distância.

META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art. 61 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em Curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

REALIDADE MUNICIPAL

Tabela - NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES – IVORÁ/ 2014

REDE	ENSINO SUPERIOR		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		TOTAL	
ESTADUAL	**28**	**100%**	19	67,85%	00	00	00	00	**28**	**100%**
MUNICIPAL	**17**	**100%**	10	58,82%	00	00	00	00	**17**	**100%**
TOTAL	**45**	**100%**								

Fonte: Escolas do Município/SMED/Ivorá – 2014.

DOCENTES COM CURSO SUPERIOR - BRASIL	DOCENTES COM CURSO SUPERIOR IVORÁ/RS
Como é: • **67 %** **Como será:** • **100%**	**Como é:** • 100% dos professores com graduação na Rede Municipal de Ensino • 100% dos professores com graduação na Rede Estadual de Ensino **Como será:** • **100%**
Fonte: INEP/2013	Fonte: SMED/2014 e Escolas /2014

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

15.1) Incentivar à docência a estudantes matriculados em Cursos de Licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no Magistério da Educação Básica;

15.2) Divulgar a Plataforma Eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em Cursos de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.3) Incentivar a participação em programas específicos para Formação de Profissionais da Educação para as Escolas do Campo e para a Educação Especial;

15.4) Aderir a Cursos e Programas Especiais oferecidos pelo MEC para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa de atuação docente, em efetivo exercício;

15.5) Estimular a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e Tecnológicos de Nível Superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos Profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério;

META 16

Formar, em nível de Pós-Graduação, 50% (cinquenta por cento) dos Professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Indicador 16 - Percentual de Professores da Educação Básica com Pós-Graduação lato sensu ou stricto sensu.

Brasil

Estado

Município

Meta Brasil: 50%

30,2%

Brasil

Meta Brasil: 50%

38,1%

Rio Grande do Sul

Meta Brasil: 50%

63,33%

RS - Ivorá

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013 e SMED/2014/ IVORÁ/RS

REALIDADE MUNICIPAL

DOCENTES COM PÓS-GRADUAÇÃO – BRASIL	DOCENTES COM PÓS-GRADUAÇÃO – IVORÁ/2014
Como é: • 30,2 % Como será: • 50%	Como é: • **58,82%** dos professores com pós-graduação na Rede Municipal de Ensino • 67,85**%** dos professores com pós-graduação na Rede Estadual de Ensino Como será: • no mínimo 50% dos professores com pós-graduação
Fonte: INEP/2013	SMED/2014/ IVORÁ/RS.

Tabela - NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES – IVORÁ/ 2014

REDE	ENSINO SUPERIOR		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		TOTAL	
ESTADUAL	28	100%	**19**	**67,85%**	00	00	00	00	28	100%
MUNICIPAL	17	100%	**10**	**58,82%**	00	00	00	00	17	100%
TOTAL										

Fonte: Escolas do Município/SMED/Ivorá – 2014.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

16.1) Institucionalizar uma Política Municipal de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.2) Aderir ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da Rede Pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.3) Divulgar o portal eletrônico para subsidiar a atuação dos Professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.4) Divulgar os programas de bolsas de estudo para Pós-graduação dos Professores e demais Profissionais da Educação Básica, ofertadas pelo Ministério da Educação - MEC;

META 17

Valorizar os Profissionais do Magistério da Rede Pública de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

REALIDADE

Indicador 17 - Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.

	Brasil
	Estado
Meta Brasil: 100%	
	74,3%
	Brasil
Meta Brasil: 100%	
	81,8%
	Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

BRASIL/2012

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Como é:

• O salário dos professores de educação básica é 33% menor do que dos demais profissionais com formação equivalente e mesma jornada.

Como será:

• Salário médio para os docentes de R$ 3.652,00 (jornada 40h), ao final do 6° ano do PNE.

Fonte: IBGE/2012

Como é Brasil	R$ 2.420,00 média salário docente com nível superior (40h)	R$ 1.232,00 diferença salarial

Como é Ivorá	R$ 1.182,64 média salário docente com Nível Superior (22h) R$ 1.378,44 média salário docente com Pós-graduação (22h)

Como será	R$ 3.652,00 média salário docente com nível superior (40h)

Fonte: IBGE, 2011 – SETOR PESSOAL – PREFEITURA MUNICPAL DE IVORÁ/RS-2014.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS

17.1) Garantir por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação - SMED até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação do Executivo Municipal e dos Profissionais da Educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do Piso Salarial Nacional para os Profissionais do Magistério Público da eEducação Básica;

17.2) Adequar o Plano de Carreira para os Profissionais do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.3) Reivindicar assistência financeira específica da União ao Município para implementação de políticas de valorização dos Profissionais do Magistério, em particular, o Piso Salarial Nacional Profissional.

META 18

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os Profissionais da Educação Básica e Superior Pública de todos os sistemas de ensino e para o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica Pública, tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do ***inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal****.*

REALIDADE MUNICIPAL

BRASIL/2013	IVORÁ/2014
Valorização do Magistério	Valorização do Magistério
Plano de Carreira **Como é:** • 56% dos profissionais da educação básica não tem plano de carreira. **Como será:** • 100% dos professores de educação básica e superior pública com plano de carreira.	**Plano de Carreira** **Como é:** • O município já possui Plano de Carreira está em fase de reformulação. **Como será:** • Manter atualizado conforme a legislação nacional.
Piso Salarial **Como é:** • Pelo menos 5 estados e mais de 33% dos municípios brasileiros não pagam o piso dos professores da educação básica. **Como será:** • 100% dos estados e municípios cumprirão a lei do piso salarial profissional nacional dos professores.	**Piso Salarial** **Como é:** • O município paga o piso salarial do magistério. **Como será:** • Manter a atualização do piso conforme a legislação.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

18.1) Estruturar as Redes Públicas de Educação Básica de modo que, a maioria dos docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas Redes Escolares a que se encontrem vinculados;

18.2) Implantar, nas Redes Públicas de Educação Básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos.

18.3) Prever, nos Planos de Carreira dos Profissionais da Educação licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional.

18.4) Estimular a existência de comissões permanentes de Profissionais da Educação do sistema de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação do Plano de Carreira.

META 19

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

REALIDADE MUNICIPAL

BRASIL/2013	IVORÁ/2014
Valorização do Magistério	Valorização do Magistério
Como é: • Apenas 9 estados e uma minoria dos municípios possuem legislação sobre a gestão democrática da educação. **Como será:** • Todos os entes federados devem ter legislação própria sobre a gestão democrática da educação.	**Como é:** • O município não possui a lei da gestão democrática. No entanto, possui Conselhos: CAE, FUNDEB e CONSELHOS ESCOLARES no Sistema de Ensino. O Município não possui sistema próprio de Ensino e conta com a orientação da 8ª CRE/Santa Maria/RS. **Como será:** • Regulamentação da Gestão Democrática do Sistema e Instituições educacionais.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

19.1) Regulamentar a gestão democrática no Sistema de Ensino e na Educação Básica, respeitando as Leis Nacionais, inclusive com definições de critérios para nomeação de direção das escolas;

19.2) Aderir aos Programas de Apoio e Formação aos Conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, dos Conselhos de Alimentação Escolar e aos Representantes Educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de Políticas Públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à Rede Escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) Incentivar no âmbito do Município, a constituição de Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as Conferências Municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus Planos de Educação;

19.4) Estimular as Escolas, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) Estimular a constituição e o fortalecimento de Conselhos Escolares e Conselhos Municipais de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de Programas de Formação de Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6) Estimular a participação e a consulta de Profissionais da Educação, Alunos e seus Familiares na formulação dos Projetos Político-Pedagógicos, Currículos Escolares, Planos de Gestão Escolar e Regimentos Escolares;

19.7)Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8) Instituir uma Política Municipal de Formação de Gestores Educacionais que contemple Conselhos Municipais, Diretores, Coordenadores e Equipe Técnica da Secretaria Municipal Educação - SMED.

META 20

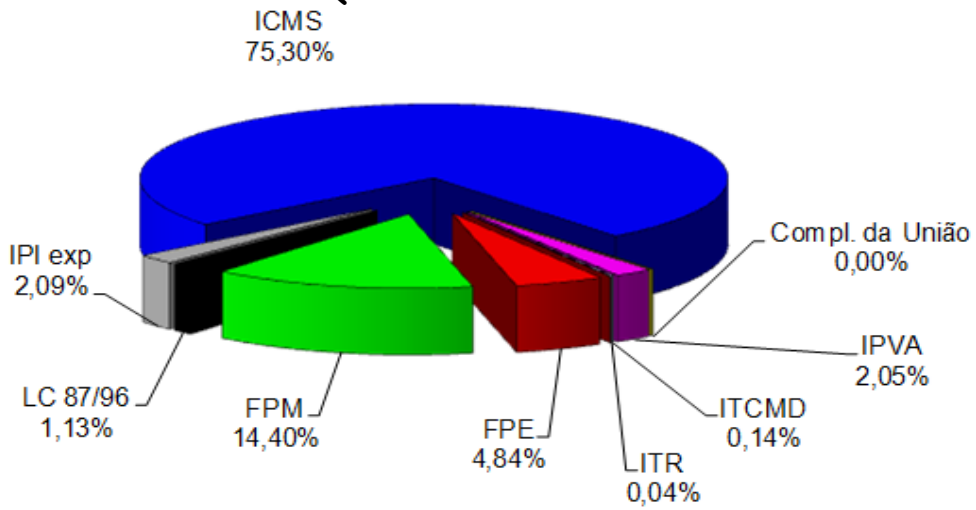
Ampliar o investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

REALIDADE MUNICIPAL

VALOR FUNDEB/2014 - PREVISÃO			
	PONDERAÇÕES	NACIONAL	RS
CRECHE PÚBL./T. PARCIAL	1,00	2.285,57	2.971,86
CRECHE PÚBL./T. INTEGRAL	1,30	2.971,24	3.863,42
PRÉ-ESCOLA/T. PARCIAL	1,00	2.285,57	2.971,86
PRÉ-ESCOLA/T. INTEGRAL	1,30	2.971,24	3.863,42
ANOS INICIAIS/EF URBANO	1,00	2.2.85,57	2.971,86
ANOS INICIAIS/EF RURAL	1,15	2.628,40	3.417,64
ANOS FINAIS/EF URBANO	1,10	2.514,13	3.269,04
ANOS FINAIS/EF RURAL	1,20	2.742,68	3.566,23
EF/INTEGRAL	1,30	2.971,24	3.863,42
ENSINO MÉDIO/URBANO	1,25	2.856,96	3.714,82
ENSINO MÉDIO/RURAL	1,30	2.971,24	3.863,42
ENSINO MÉDIO/INTEGRAL	1,30	2.971,24	3.863,42

Fonte: FUNDEB/FNDE

RECURSOS QUE COMPÕEM O FUNDEB:



DIAGNÓSTICO MUNICIPAL – FINANCEIRO – IVORÁ/RS	
DIAGNÓSTICO FINANCEIRO	2013
Valores contribuídos do FUNDEB	R$ 1.478.219,61
Valores recebidos do FUNDEB	R$ 366.701,77
Déficit do FUNDEB	R$ **1.111.517,84**
PERCENTUAL APLICADO ANO – 25%	**31,10%**
Percentagem do FUNDEB investido em remuneração do magistério	69,15%
Valor aplicado pelo MDE	R$ 2.457.323,49
Percentual aplicado pelo MDE	31,10%
Valor Recebido do Salário Educação	R$ 30.214,23

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Meio Ambiente.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

20.1) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.2) Destinar à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta

prevista no Inciso VI do caput do Art. 214 da Constituição Federal;

20.3) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único do Art. 48 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

20.4) Realizar estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da Educação Básica e Superior Pública, em todas as suas etapas e modalidades;

20.5) Implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.6) Apoiar a regulamentação do parágrafo único do Art. 23 e o Art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

20.7) Reivindicar, junto à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a fim de conseguir atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

20.8) Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a

vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do Art. 7º desta Lei.

20.9) Apoiar as campanhas de ampliação de arrecadação de impostos através de exigência de emissão de notas fiscais.

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS:

1. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Panorama Municipal – Boletim Dados Municipais** – CENSO 2010;

2. BRASIL, Ministério da Educação. **Avaliação do Plano Nacional de Educação**. Brasília:Inep, 2010;

3. BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – MEC/SASE - **O Plano Municipal de Educação** – Caderno de Orientações. Brasília:2014;

4. Conviva Educação: http://convivaeducacao.org.br/platform/themes/pme#pme-3;

5. **Decreto Municipal Nº 103/2014** – Nomeia Comissão do Fórum Municipal de Educação e Equipe Técnica para Elaboração do Plano Municipal de Educação – PME;

6. FNDE: www.fnde.gov.br;

7. Indicadores e Ideb – TCE/RS – IBGE, 2010;

8. Indicadores Demográficos e Educacionais – Censo 2010. SITE: http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/educacenso;

9. Indicadores da Qualidade na Educação: www.indicadoreseducacao.org.br;

10. IBGE: www.ibge.gov.br;

11. IDEB: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=13856;16/08/2012 e http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb;

12. IVORÁ/RS: www.ivora.rs.gov.br;

13. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014** – Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;

14. **LEI Nº 11.738/2008** – Aprovou o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica(PSPN) – SITE: www.planalto.gov.br;

15. Mapa Social – Ministério Público do RS, 2013. SITE: www.mprs.mp.br;

16. MEC: www.mec.gov.br;

17. **Planejando a Próxima Década** – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação;

18. Portal ODM - Relatórios Dinâmicos, 2014. www.portalodm.com.br;

19. Portal de Olho nos Planos: www.deolhonosplanos.org.br/passo-a-passo-como-criar-um-forum-municipal-de-educacao/;

20. PNE: http://pne.mec.gov.br/programas-metas;

21. PAINEL MEC: http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoindicador/detalhes/municipio/muncod/43...12/09/2014;

22. Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Ivorá/RS, 2013;

23. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle: http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php;20/09/2014.